

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL

THE ROLE OF PUBLIC EDUCATION POLICIES IN SOCIAL INCLUSION AND
ADVANCEMENT IN BRAZIL

Ciências Sociais Aplicadas • 17/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792117240](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792117240)

Valmir de Oliveira de Lucena¹

RESUMO

As políticas públicas de educação constituem instrumentos fundamentais para a promoção da inclusão social e para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento da população brasileira. Em um país marcado por desigualdades sociais, econômicas e regionais, a educação assume papel relevante na garantia do acesso ao conhecimento, na formação cidadã e na construção de condições que favoreçam a mobilidade social. A partir da Constituição Federal de 1988 e da consolidação de marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diferentes políticas passaram a direcionar esforços para a democratização do ensino, buscando ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação oferecida aos diversos grupos sociais. Nesse contexto, programas como o Fundeb, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Sistema de Cotas e outras iniciativas educacionais foram implementados com o propósito de reduzir desigualdades e promover maior equidade educacional. O objetivo geral deste trabalho foi compreender o papel das políticas públicas de educação na promoção da inclusão e da ascensão social no Brasil. A metodologia adotada caracterizou-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. A análise realizada possibilitou discutir a trajetória histórica das políticas públicas educacionais, os principais marcos legais relacionados ao direito à educação, os avanços obtidos por meio das ações governamentais e os desafios que ainda limitam a efetivação da inclusão educacional. Também foram abordadas questões relacionadas às desigualdades regionais, à infraestrutura escolar, à valorização docente e às dificuldades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados. Conclui-se que as políticas públicas educacionais contribuem para a ampliação do acesso à educação e para a promoção da inclusão social, embora a superação das desigualdades existentes ainda

dependa do fortalecimento das ações voltadas à qualidade do ensino, à equidade e à permanência dos estudantes nos diferentes níveis educacionais.

Palavras-chave: Ascensão social; Educação; Políticas públicas.

ABSTRACT

Public education policies are fundamental instruments for promoting social inclusion and expanding development opportunities for the Brazilian population. In a country marked by social, economic, and regional inequalities, education plays a relevant role in guaranteeing access to knowledge, civic education, and building conditions that favor social mobility. Since the 1988 Federal Constitution and the consolidation of legal frameworks such as the Law of Guidelines and Bases of National Education, different policies have directed efforts towards the democratization of education, seeking to expand access, retention, and quality of education offered to diverse social groups. In this context, programs such as Fundeb, the University for All Program (Prouni), the Quota System, and other educational initiatives have been implemented with the purpose of reducing inequalities and promoting greater educational equity. The general objective of this work was to understand the role of public education policies in promoting inclusion and social advancement in Brazil. The methodology adopted was characterized as a qualitative literature review. The analysis conducted allowed for a discussion of the historical trajectory of public education policies, the main legal milestones related to the right to education, the progress achieved through government actions, and the challenges that still limit the effective implementation of educational inclusion. Issues related to regional inequalities, school infrastructure, teacher valuation, and the difficulties faced by historically marginalized groups were also

addressed. It is concluded that public education policies contribute to expanding access to education and promoting social inclusion, although overcoming existing inequalities still depends on strengthening actions aimed at the quality of teaching, equity, and student retention at different educational levels.

Keywords: Social mobility; Education; Public policies.

1. INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, historicamente marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a educação assume papel estratégico na superação de barreiras estruturais que limitam o acesso a oportunidades e comprometem a mobilidade social de amplas parcelas da população. A partir da Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado, observa-se o fortalecimento de diretrizes que orientam políticas voltadas à democratização do ensino, com ênfase na inclusão de grupos historicamente marginalizados, como populações de baixa renda, comunidades rurais, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas.

Nesse cenário, a legislação educacional brasileira, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece princípios que visam garantir equidade no acesso, permanência e qualidade do ensino. Programas e ações federais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Sistema de Cotas, emergem como iniciativas significativas na tentativa de reduzir disparidades e ampliar as possibilidades de ascensão social por meio da escolarização.

A inclusão, nesse contexto, ultrapassa a simples inserção física nas instituições de ensino e implica o acolhimento de diferentes realidades socioculturais, a adequação curricular e a construção de ambientes que respeitem as especificidades dos sujeitos. A ascensão social, por sua vez, está vinculada à capacidade da educação em promover não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também competências que possibilitem a inserção digna no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania.

As disparidades regionais, a fragmentação das políticas entre os entes federativos, a carência de infraestrutura escolar, a desvalorização dos profissionais da educação e a influência de fatores econômicos e culturais no acesso ao ensino de qualidade compõem um quadro complexo que limita os efeitos positivos das ações implementadas.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o papel das políticas públicas de educação na promoção da inclusão e da ascensão social no Brasil. A pergunta de pesquisa é: De que maneira as políticas públicas de educação contribuem para a inclusão social e a ascensão socioeconômica no Brasil, considerando os marcos legais, os avanços obtidos e os desafios ainda presentes?

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: EDUCAÇÃO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

A trajetória das políticas públicas de educação voltadas para a inclusão social no Brasil revela um processo marcado por avanços graduais, tensões estruturais e desigualdades persistentes. Desde o período colonial, o acesso à educação formal foi restrito às elites,

configurando um sistema excludente que perdurou por séculos. Apenas a partir da proclamação da República, em 1889, surgiram movimentos que reivindicavam a universalização do ensino, ainda que de forma incipiente.

O contexto republicano trouxe a laicização da educação e a ampliação da responsabilidade do Estado sobre a instrução pública, o que possibilitou as primeiras tentativas de expansão do ensino elementar. No entanto, foi somente com a Constituição de 1934 que a educação passou a ser formalmente reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado, consolidando princípios de gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário (Saviani, 2008).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco legal significativo na consolidação do direito à educação, ao estabelecer em seu artigo 205 que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse princípio foi reforçado pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estruturou o sistema educacional brasileiro e instituiu diretrizes voltadas à equidade, à qualidade e à valorização da diversidade.

A partir desses fundamentos, diversas políticas públicas emergiram com o objetivo de ampliar o acesso à educação e garantir condições adequadas de permanência dos estudantes no ambiente escolar. Dentre os principais marcos legais, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que assegura o direito à educação como prioridade absoluta, e o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja primeira versão foi aprovada em 2001, estabelecendo metas de expansão, qualidade e inclusão (BRASIL, 1996; BRASIL, 1990).

A criação de programas de acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), juntamente com a política de cotas raciais e sociais, permitiu o ingresso de estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência em instituições públicas e privadas de ensino superior, promovendo maior representatividade e mobilidade social (Cunha; Moraes, 2012).

Ainda assim, as transformações ocorridas não se mostraram uniformes entre as diferentes regiões do país, refletindo desigualdades estruturais que continuam a influenciar a eficácia das políticas públicas. A heterogeneidade do território nacional, marcada por disparidades socioeconômicas e culturais, impõe desafios à implementação de políticas educacionais que contemplem de forma equitativa as diversas realidades existentes (Oliveira; Araújo, 2014).

A efetivação da inclusão e da mobilidade social por meio da educação encontra obstáculos que vão além da elaboração normativa e da expansão de programas. Questões como a precariedade da infraestrutura escolar, a carência de recursos pedagógicos, a rotatividade de profissionais e a desvalorização do magistério comprometem a qualidade do ensino, principalmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

A fragmentação das políticas entre os entes federativos, a ausência de continuidade administrativa e os baixos investimentos em formação docente contribuem para a ineficiência das ações públicas. A exclusão digital, intensificada durante a pandemia da COVID-19, evidenciou ainda mais as dificuldades enfrentadas por

estudantes de regiões periféricas e rurais, acentuando desigualdades no acesso à aprendizagem (Freitas, 2020).

Grupos como povos indígenas, comunidades quilombolas e populações ribeirinhas enfrentam obstáculos adicionais, como a escassez de material didático adequado, a ausência de professores formados para o contexto local e a falta de reconhecimento dos saberes tradicionais no currículo escolar. A ausência de políticas de valorização da diversidade compromete o potencial inclusivo da educação e perpetua mecanismos de exclusão simbólica e epistemológica (Gomes, 2019).

A construção de uma política pública educacional verdadeiramente inclusiva demanda o fortalecimento de estratégias intersetoriais, o financiamento adequado, a valorização dos profissionais da educação e a participação ativa das comunidades escolares na definição das prioridades locais. O reconhecimento de que a inclusão educacional não se limita ao acesso, mas abrange a permanência com qualidade e o desenvolvimento integral dos sujeitos, representa um passo fundamental na consolidação de uma sociedade mais justa e democrática (Dourado, 2011).

2.1. Evolução Histórica da Educação Pública Brasileira e a Consolidação do Direito à Educação

A construção da educação pública brasileira está relacionada a um longo processo histórico marcado por disputas sociais, transformações políticas e mudanças na compreensão do papel do Estado diante da formação dos cidadãos. Durante grande parte da história nacional, o acesso ao conhecimento formal esteve associado às camadas economicamente privilegiadas, enquanto grande

parcela da população permaneceu afastada das instituições escolares. Esse cenário evidencia que a educação, antes de ser reconhecida como um direito social, esteve vinculada a mecanismos de reprodução das desigualdades existentes. Conforme aponta Saviani (2008), a trajetória educacional brasileira foi construída a partir de diferentes concepções pedagógicas que acompanharam os interesses políticos e econômicos de cada período histórico. Nesse sentido, compreender a evolução da educação pública exige analisar não apenas a ampliação das escolas, mas também as condições sociais que determinaram quem poderia acessar esse espaço e quais conhecimentos seriam valorizados.

No período colonial, a organização educacional brasileira esteve fortemente influenciada pela atuação religiosa, especialmente pelos jesuítas, que desenvolveram práticas educativas voltadas principalmente para a catequização e para a formação das elites coloniais. A educação formal não possuía caráter universal e estava distante das necessidades da maioria da população, composta por indígenas, pessoas escravizadas e trabalhadores sem acesso aos processos de escolarização. Saviani (2008) explica que esse modelo educacional refletia uma sociedade estruturada por hierarquias rígidas, na qual o conhecimento escolar funcionava como instrumento de distinção social. Essa realidade demonstra que a exclusão educacional não ocorreu de maneira ocasional, mas esteve incorporada à própria formação histórica brasileira, deixando marcas que permaneceram mesmo após importantes mudanças políticas.

Com a independência do Brasil em 1822 e a organização do Império, surgiram iniciativas voltadas à criação de uma instrução pública mais estruturada, embora ainda limitada quanto ao alcance social. A Constituição de 1824 trouxe referências à educação como elemento

importante para a organização do Estado, porém não estabeleceu mecanismos capazes de garantir efetivamente o acesso amplo da população ao ensino. Para Saviani (2008), as primeiras iniciativas educacionais do período imperial apresentavam avanços institucionais, mas permaneciam condicionadas às limitações econômicas e sociais de uma sociedade marcada pela escravidão e pela concentração de poder. Dessa forma, a educação continuava distante de uma perspectiva democrática, pois a existência de normas jurídicas não era acompanhada por políticas capazes de assegurar sua concretização para todos os grupos sociais.

A proclamação da República, em 1889, representou uma mudança significativa na organização política brasileira e trouxe novas discussões sobre a responsabilidade do Estado em relação à educação. A separação entre Igreja e Estado contribuiu para a defesa de uma educação pública com caráter laico, enquanto movimentos educacionais passaram a defender maior expansão do ensino primário. Entretanto, Oliveira e Araújo (2014) destacam que a República brasileira iniciou sua trajetória convivendo com profundas desigualdades regionais, o que dificultava a criação de um sistema educacional uniforme em todo o território nacional. Assim, embora o período republicano tenha fortalecido o debate sobre a democratização do ensino, a expansão escolar ocorreu de forma desigual, beneficiando principalmente regiões com maior desenvolvimento econômico e infraestrutura.

Durante as primeiras décadas republicanas, a educação passou a ser compreendida como elemento fundamental para o desenvolvimento nacional e para a formação do cidadão. O movimento escolanovista, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, contribuiu para ampliar as discussões sobre métodos

pedagógicos, democratização do ensino e participação do Estado na organização educacional. Saviani (2008) aponta que esse período foi marcado pelo confronto entre diferentes projetos educacionais, envolvendo aqueles que defendiam uma escola pública, gratuita e acessível e grupos que mantinham uma visão mais restritiva da educação. Essa disputa demonstrava que a escola não era apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também um campo de construção de projetos sociais e políticos.

A Constituição Federal de 1934 representou um marco importante ao reconhecer a educação como direito de todos e responsabilidade do Estado e da família. Pela primeira vez, princípios como gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário foram incorporados ao texto constitucional, indicando uma mudança na forma como o poder público deveria compreender sua atuação educacional. Saviani (2008) ressalta que esse momento consolidou uma nova perspectiva sobre a educação brasileira, aproximando-a da ideia de direito social. Entretanto, apesar desse avanço normativo, a implementação das políticas educacionais permaneceu limitada pelas condições econômicas, administrativas e políticas do país, demonstrando que a garantia legal do direito à educação não significava automaticamente sua efetivação.

Nas décadas seguintes, o sistema educacional brasileiro passou por diferentes reorganizações, acompanhando as mudanças políticas ocorridas no país. Durante o Estado Novo (1937-1945), houve maior centralização das decisões educacionais, com a criação de normas nacionais para organizar os níveis de ensino. Posteriormente, no período democrático iniciado em 1946, ampliaram-se os debates sobre a necessidade de uma educação pública capaz de atender às demandas sociais. De acordo com Cunha e Moraes (2012), as

políticas educacionais brasileiras foram historicamente marcadas por avanços institucionais acompanhados de limitações práticas, pois muitas iniciativas não alcançavam igualmente todos os segmentos da população. Essa contradição evidencia que a ampliação das estruturas educacionais dependia de investimentos contínuos e de estratégias capazes de enfrentar desigualdades históricas.

A aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, representou outro momento relevante na organização do sistema educacional brasileiro. A legislação buscou estabelecer princípios gerais para o funcionamento da educação nacional, definindo responsabilidades e orientando a estrutura dos diferentes níveis de ensino. Contudo, o contexto político posterior, marcado pelo regime militar iniciado em 1964, influenciou profundamente as políticas educacionais, priorizando uma formação alinhada às necessidades econômicas do período. Saviani (2008) argumenta que as reformas educacionais realizadas durante esse período estiveram associadas a uma visão tecnicista, voltada principalmente para a preparação de mão de obra. Essa perspectiva reduziu, em determinados momentos, a dimensão crítica e social da educação, afastando-a de uma compreensão mais ampla de formação humana.

A redemocratização brasileira, iniciada na década de 1980, trouxe novas perspectivas para a educação nacional, especialmente pela participação de movimentos sociais, educadores e organizações da sociedade civil na defesa da escola pública. A Constituição Federal de 1988 tornou-se um divisor de águas ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. O artigo 205 da Constituição definiu como finalidade educacional o pleno

desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento jurídico modificou profundamente a compreensão sobre a função da educação, que deixou de ser vista apenas como serviço público e passou a ser entendida como direito fundamental relacionado à dignidade humana.

A partir da Constituição de 1988, novas políticas públicas foram estruturadas com o objetivo de garantir maior universalização do ensino e ampliar a responsabilidade estatal sobre a educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou princípios constitucionais ao estabelecer diretrizes relacionadas à igualdade de condições para acesso e permanência na escola, valorização dos profissionais da educação e garantia de padrões mínimos de qualidade (BRASIL, 1996). Segundo Dourado (2011), a legislação educacional brasileira avançou ao incorporar princípios de equidade e democratização, porém sua efetividade depende da articulação entre financiamento adequado, gestão eficiente e compromisso político. Assim, a existência de normas amplas precisa estar acompanhada de ações concretas que garantam sua aplicação cotidiana.

Podendo mencionar assim, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que reforçou a educação como direito prioritário de crianças e adolescentes. O documento estabeleceu que o acesso à escola, a permanência e o respeito às condições individuais dos estudantes deveriam ser assegurados pelo poder público e pela sociedade (BRASIL, 1990). Essa mudança representou uma ruptura com perspectivas anteriores que tratavam a infância e a adolescência de maneira limitada, reconhecendo esses sujeitos como titulares de direitos. Gomes (2019) destaca que a garantia

educacional precisa considerar as diferentes identidades sociais e culturais presentes no país, pois uma educação democrática depende do reconhecimento das múltiplas experiências que constituem a sociedade brasileira.

No início do século XXI, as políticas educacionais passaram a incorporar com maior intensidade ações voltadas à inclusão e à redução das desigualdades. A criação e ampliação de programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), políticas de alimentação escolar, expansão das universidades públicas e programas de acesso ao ensino superior contribuíram para ampliar oportunidades educacionais. Cunha e Moraes (2012) observam que essas iniciativas representaram avanços importantes na democratização do acesso, especialmente para grupos historicamente afastados dos espaços escolares. Entretanto, os autores ressaltam que a expansão quantitativa precisa estar acompanhada de qualidade, pois o ingresso na escola ou universidade não garante, isoladamente, transformação social.

A consolidação do direito à educação no Brasil revela, portanto, um percurso marcado por conquistas significativas, mas também por desafios permanentes. A ampliação das matrículas, o fortalecimento dos marcos legais e a criação de políticas inclusivas demonstram uma mudança importante na relação entre Estado e sociedade. Contudo, Oliveira e Araújo (2014) destacam que as desigualdades regionais continuam influenciando diretamente as oportunidades educacionais, pois estudantes de diferentes localidades enfrentam condições muito distintas de acesso, infraestrutura e qualidade do ensino. Essa realidade demonstra que a universalização da educação ainda precisa superar barreiras estruturais para alcançar uma verdadeira igualdade de oportunidades.

2.2. Políticas Educacionais de Inclusão Social e os Desafios para a Redução das Desigualdades no Brasil

As políticas educacionais de inclusão social no Brasil representam uma tentativa histórica de enfrentar desigualdades construídas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira. Durante décadas, o acesso à educação esteve condicionado por fatores econômicos, sociais, territoriais e culturais, fazendo com que determinados grupos permanecessem afastados das oportunidades oferecidas pelo sistema escolar. A partir da consolidação da educação como direito social, especialmente após a Constituição Federal de 1988, o Estado passou a desenvolver ações direcionadas não apenas à ampliação do acesso, mas também à criação de condições para que diferentes sujeitos pudessem permanecer e concluir seus percursos formativos. Segundo Dourado (2011), a construção de uma política educacional comprometida com a equidade exige compreender que a desigualdade escolar não resulta apenas de fatores internos à escola, mas está relacionada às próprias estruturas sociais que influenciam as trajetórias dos estudantes. Nesse sentido, a inclusão educacional passa a ser compreendida como uma estratégia fundamental para promover participação social, cidadania e melhores possibilidades de desenvolvimento individual e coletivo.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma nova perspectiva para as políticas públicas educacionais ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado, vinculando sua efetivação aos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Esse marco jurídico possibilitou a criação de programas e iniciativas voltados à redução das desigualdades educacionais, especialmente para grupos historicamente excluídos dos processos

de escolarização. Conforme Brasil (1988), a educação deve promover o desenvolvimento integral da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e para sua inserção no mundo do trabalho. Essa concepção amplia a função da escola, que deixa de ser vista apenas como espaço de transmissão de conteúdos e passa a assumir responsabilidade social na construção de oportunidades. Entretanto, Dourado (2011) ressalta que a existência de garantias legais não elimina automaticamente desigualdades históricas, pois a concretização desses direitos depende de políticas estruturadas, financiamento adequado e compromisso permanente dos diferentes níveis de governo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) fortaleceu esse movimento ao estabelecer princípios relacionados à igualdade de acesso, valorização da diversidade, qualidade do ensino e respeito às diferenças individuais e culturais. A legislação passou a orientar uma organização educacional baseada na inclusão e na responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios. De acordo com Brasil (1996), o sistema educacional deve assegurar condições para o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões, considerando aspectos sociais, culturais e cognitivos. Essa perspectiva representa uma mudança significativa na compreensão das políticas educacionais, pois reconhece que oferecer matrícula não é suficiente para garantir inclusão. Para Oliveira e Araújo (2014), as desigualdades educacionais brasileiras permanecem associadas às diferenças nas condições de oferta, demonstrando que a democratização do ensino depende tanto do acesso quanto da qualidade dos serviços disponibilizados.

Entre as políticas públicas voltadas à redução das desigualdades educacionais, destaca-se o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criado com o objetivo de promover maior equilíbrio no financiamento da educação básica brasileira. A distribuição de recursos considerando diferentes necessidades dos sistemas de ensino buscou reduzir disparidades entre redes municipais e estaduais, especialmente em regiões com menor capacidade financeira. Dourado (2011) argumenta que o financiamento constitui um dos elementos centrais para garantir qualidade e equidade educacional, pois escolas inseridas em contextos vulneráveis necessitam de maior apoio para oferecer condições semelhantes às instituições localizadas em regiões mais favorecidas. Dessa forma, o Fundeb representa uma tentativa de corrigir desigualdades históricas relacionadas à capacidade de investimento dos diferentes territórios brasileiros.

A oferta de alimentação escolar, transporte, materiais didáticos e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade contribui para reduzir obstáculos que ultrapassam os limites da sala de aula. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou essa responsabilidade ao estabelecer que crianças e adolescentes possuem prioridade na garantia de direitos fundamentais, incluindo a educação (BRASIL, 1990). Nesse contexto, a permanência escolar passa a depender de uma rede de proteção social capaz de considerar as condições concretas de vida dos estudantes. Gomes (2019) destaca que uma educação inclusiva precisa reconhecer as diferentes trajetórias sociais e culturais presentes no ambiente escolar, evitando práticas que reproduzam exclusões ou invisibilizem determinados grupos.

No campo do ensino superior, políticas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Sistema de Seleção Unificada

(Sisu) e a Lei de Cotas representaram importantes estratégias de ampliação do acesso de estudantes historicamente sub-representados nas universidades brasileiras. Essas iniciativas possibilitaram que jovens de baixa renda, estudantes oriundos da escola pública, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência alcançassem espaços acadêmicos anteriormente ocupados majoritariamente por grupos com melhores condições socioeconômicas. Cunha e Moraes (2012) apontam que essas políticas contribuíram para modificar o perfil social das instituições de ensino superior brasileiras, ampliando a diversidade nesses espaços. Entretanto, a democratização do acesso ao ensino superior ainda enfrenta desafios relacionados à permanência dos estudantes, pois muitos ingressantes encontram dificuldades financeiras, acadêmicas e sociais que podem comprometer a conclusão dos cursos.

A política de cotas constitui um dos exemplos mais significativos das ações afirmativas implementadas no Brasil para combater desigualdades históricas. A reserva de vagas para determinados grupos sociais parte do reconhecimento de que diferentes segmentos da população não tiveram as mesmas oportunidades de acesso à educação ao longo da história. Gomes (2019) destaca que as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira também se manifestam no campo educacional, tornando necessário desenvolver mecanismos capazes de enfrentar processos de exclusão acumulados. Nesse sentido, as ações afirmativas não representam privilégios, mas estratégias de correção de desigualdades estruturais. A inclusão promovida por essas políticas amplia a representação social dentro das instituições educacionais e contribui para a construção de espaços mais democráticos e plurais.

Apesar dos avanços alcançados, a redução das desigualdades educacionais no Brasil permanece limitada por fatores estruturais que dificultam a efetivação das políticas públicas. As diferenças regionais representam um dos principais desafios, pois estudantes de determinadas áreas enfrentam condições muito distintas em relação à infraestrutura escolar, disponibilidade de professores, acesso à tecnologia e recursos pedagógicos. Oliveira e Araújo (2014) demonstram que as desigualdades territoriais influenciam diretamente os resultados educacionais, evidenciando que políticas nacionais precisam considerar as especificidades locais. A realidade educacional brasileira apresenta diferentes necessidades entre regiões metropolitanas, áreas rurais, comunidades indígenas, territórios quilombolas e localidades ribeirinhas, exigindo ações adaptadas às características de cada população.

Muitas instituições ainda enfrentam problemas relacionados à ausência de bibliotecas, laboratórios, equipamentos tecnológicos, acessibilidade arquitetônica e espaços adequados para atividades pedagógicas. Dourado (2011) destaca que a qualidade da educação está diretamente relacionada às condições materiais oferecidas aos estudantes e profissionais. Uma escola sem estrutura adequada encontra maiores dificuldades para desenvolver práticas educativas capazes de estimular aprendizagem significativa e participação dos alunos. Portanto, ampliar o acesso sem garantir condições apropriadas de funcionamento pode resultar em uma inclusão apenas formal, sem produzir mudanças efetivas nas trajetórias escolares.

A formação inicial e continuada dos professores, as condições de trabalho e a valorização salarial influenciam diretamente a qualidade do ensino oferecido. Segundo Saviani (2008), o professor ocupa

papel fundamental na mediação do conhecimento e na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a formação humana. Dessa maneira, políticas educacionais voltadas à inclusão precisam contemplar não apenas estudantes, mas também aqueles responsáveis pela organização do processo educativo. A ausência de investimentos nessa área compromete a capacidade das escolas de responder às diferentes necessidades presentes em seus contextos.

Vale destacar a exclusão digital, especialmente evidenciada durante a pandemia da COVID-19. A necessidade de utilização de tecnologias para continuidade das atividades escolares revelou profundas diferenças no acesso à internet, equipamentos e conhecimentos digitais. Freitas (2020) destaca que a crise sanitária expôs fragilidades já existentes no sistema educacional brasileiro, atingindo principalmente estudantes em situação de vulnerabilidade social. Muitos alunos tiveram dificuldades para acompanhar atividades remotas devido à ausência de recursos tecnológicos ou ambientes adequados de estudo. Essa experiência demonstrou que a inclusão educacional contemporânea também depende da democratização do acesso às tecnologias digitais.

As populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais apresentam desafios específicos dentro das políticas educacionais brasileiras. A inclusão desses grupos exige mais do que garantir vagas escolares, pois envolve reconhecer identidades culturais, conhecimentos tradicionais e formas próprias de compreender o mundo. Gomes (2019) argumenta que uma educação comprometida com a diversidade precisa superar modelos homogêneos de ensino que ignoram diferenças históricas e culturais. A ausência de currículos adequados, materiais específicos e formação docente direcionada a essas realidades pode fortalecer

processos de exclusão simbólica. Assim, políticas inclusivas precisam considerar a pluralidade da sociedade brasileira como elemento constitutivo da prática educativa.

A escola não consegue resolver isoladamente problemas relacionados à pobreza, insegurança alimentar, desigualdade econômica e vulnerabilidade social. Nesse sentido, ações integradas entre educação, saúde, assistência social e cultura tornam-se fundamentais para garantir melhores condições de aprendizagem. Dourado (2011) defende que a qualidade educacional depende de uma visão ampla de política pública, capaz de compreender o estudante em sua totalidade. Essa abordagem permite superar uma perspectiva limitada que atribui exclusivamente à escola a responsabilidade pela superação das desigualdades sociais.

Programas de financiamento, ações afirmativas, expansão do acesso ao ensino superior e iniciativas voltadas à permanência escolar demonstram o potencial da educação como instrumento de transformação social. Entretanto, os desafios permanecem significativos, pois desigualdades econômicas, territoriais, raciais e culturais continuam influenciando as trajetórias educacionais. Cunha e Moraes (2012) ressaltam que políticas públicas educacionais produzem resultados mais efetivos quando acompanhadas de planejamento contínuo, avaliação permanente e compromisso institucional.

3. CONCLUSÃO

A análise do papel das políticas públicas de educação na promoção da inclusão e da ascensão social no Brasil evidencia avanços relevantes, porém limitados diante das persistentes desigualdades

estruturais que marcam o cenário educacional brasileiro. O percurso histórico dessas políticas revela um processo gradual de reconhecimento da educação como direito universal, refletido em marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses dispositivos legais fundamentam ações voltadas à democratização do acesso ao ensino e à valorização da diversidade, contribuindo para a ampliação das oportunidades educacionais e a inserção de grupos historicamente marginalizados nos espaços escolares e acadêmicos.

As iniciativas implementadas ao longo das últimas décadas, como o Fundeb, o Prouni e as políticas de cotas, demonstram o potencial transformador da educação quando articulada a estratégias públicas comprometidas com a equidade. Tais políticas possibilitaram a redução de disparidades sociais e o fortalecimento da cidadania por meio da escolarização, ampliando o horizonte de possibilidades para milhares de brasileiros.

Diante desse panorama, reafirma-se a centralidade da educação como instrumento de transformação social e de combate às desigualdades. O fortalecimento das políticas públicas educacionais requer uma abordagem sistêmica, que articule inclusão, qualidade e reconhecimento das diversidades, promovendo, assim, não apenas o acesso à escola, mas a formação integral dos sujeitos e sua efetiva participação na vida social, econômica e política do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** **Brasília:** Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio; MORAES, Maria Celi Chaves Vasconcelos de. Políticas públicas e educação no Brasil: avanços e limites. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 2, p. 211–228, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de educação e equidade social no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 649–664, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Educação e pandemia: os desafios da escolarização em tempos de crise**. Campinas: Autores Associados, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações étnico-raciais: caminhos e descaminhos da Lei 10.639/03. **Revista Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 371–386, 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Jorge Luiz da Silva. Desigualdades regionais e políticas educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 880–903, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

¹ Professor efetivo de Geografia da rede estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul há 11 anos. Mestre em ensino de Geografia - UFGD. Pós-graduado em ensino de Geografia e práticas pedagógicas – EDUCATOTAL. Pós-graduado em ensino de Geografia e meio ambiente - faculdade futura. Graduado em Geografia - UFMS. Graduado em Sociologia - UNICIVE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2407-9214>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4109412419193248>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)